

Entre a condescendência e o confronto, a materialização de um ideário de língua nacional

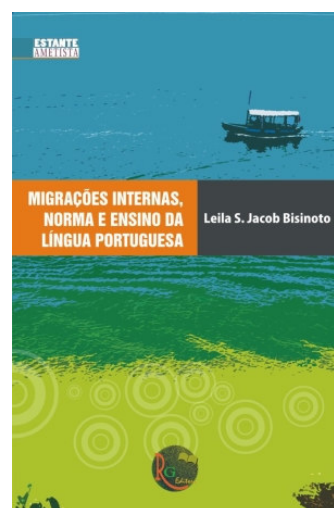
Olimpia Maluf-Souza (UNEMAT)

O objetivo empreendido pela autora é o estudo da política pedagógica que regulamenta o ensino de língua no que diz respeito às variedades do Português do Brasil. O recente processo migratório interno rumo ao Centro-Oeste do país surge, nas análises da autora, como elemento decisivo para dar visibilidade às variações da língua falada e, ainda, para fazer emergir problemas de ordem política e social que forcem propostas e ações institucionais, com reflexos profundos na sala de aula.

Para essa compreensão, evoca os históricos e conflituosos processos linguísticos da Revolução Francesa e da Unificação da Itália, além de analisar a legislação para o ensino de línguas nas escolas do Brasil, a partir de 1960, interessando-se, especialmente, pelo modo como a questão das “diferenças” linguísticas e do “respeito” a essas diferenças vem sendo tratada nesses textos de lei.

Bisinoto utiliza, como teoria e método de análise, a Semântica da Enunciação e os conhecimentos produzidos pela História das Ideias Linguísticas no Brasil – HIL, particularmente os já significantes estudos da área, que tomam a influência da linguística nas questões jurídicas do ensino no país. Nessa direção, afirma a autora que “Refletir sobre a linguagem humana nas suas relações sociais e políticas significa influir e intervir nos meios de organização da sociedade” (p. 21).

Para dar sustentação ao trajeto de análise que realiza, a autora busca trazer à reflexão a gênese histórica da questão do ensino de língua, através dos textos de lei que



Divulgação

BISINOTO, Leila S. J. Migrações Internas, Norma e Ensino da Língua Portuguesa. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

ditam o uso escolar da linguagem. Para isso, utiliza-se de teóricos que abordam esse trajeto, como é o caso de Bourdieu (1983), que tece uma rigorosa crítica ao incluir a situação do ensino, que ele denomina de “mercado linguístico”, à condição dos mercados oficiais, atribuindo à sociolinguística responsabilidade por não ter tomado como seu objeto particular de pesquisa o uso escolar da linguagem. No entanto, a autora reage, afirmando que Labov e Fishman, investigando os processos de variação e mudança linguísticas, há mais de três décadas já consideravam o processo de escolarização como um fator decisivo para os modos de subjetivação e avaliação social da linguagem. Assim, a autora afirma que tais preocupações devem ser assumidas principalmente por linguistas, que dispõem de conhecimento para proceder a esses estudos.

A autora analisa, então, uma série de normativas que dispõem sobre a questão da política de língua – o corpus de análise – visando a: 1) investigar o que propõe o jurídico sobre a prática pedagógica, e 2) verificar, nessa documentação, o uso que se faz do conhecimento produzido pela Linguística. Para a consecução dos objetivos propostos, percorre textos institucionais/oficiais que vão da alta cúpula organizacional da educação – no caso, o MEC e o CNE – a uma unidade escolar em Cáceres-MT, onde, em decorrência da forte migração interna/externa, o problema da variedade se coloca mais intensamente. Recorta, desse conjunto de textos, o “respeito às diferenças”, e suas variações, como o espaço de materialidade dos aspectos em análise.

Buscando, então, os sentidos que instalaram as discursividades de “respeito às diferenças”, a autora remonta à história da Revolução Francesa e a da Unificação da Itália, bem como, analisa os seus efeitos sobre a história de democratização do Brasil, mantendo sempre um diálogo muito produtivo com os efeitos desses sentidos para a constituição de um ideário de escola no Brasil e em Mato Grosso.

Detém-se, por fim, em Mato Grosso, mostrando como o processo migratório das últimas décadas fez do Estado e, especialmente, da cidade de Cáceres, um lugar marcado pela heterogeneidade econômica, étnica e linguística.

Para proceder à análise da questão específica – e exemplar – em Cáceres, a autora utiliza duas grandes categorias, a de nativos – conjunto de moradores que habitam o lugar desde antes da grande migração – e a de migrantes – conjunto de moradores que vieram com a migração. Na tentativa de estabelecer distinções entre os dois grupos, a autora afirma que o nativo situa-se na posição de colonizado e carrega hábitos sedentários e, no falar, traços de um português arcaico; o migrante, na posição de colonizador, é marcado

pela saga do ocupacionismo e traz na fala as variações linguísticas da região de onde provém.

O confronto entre essas duas posições implicou, segundo a autora, numa forma de apropriação dos espaços urbanos; assim, os lugares privilegiados da cidade, outrora ocupados por nativos, passaram a ser o espaço dos migrantes. Do mesmo modo, a ocupação dos espaços intelectuais e culturais materializa os modos de apropriação política e econômica dos espaços da cidade na relação colonizador x colonizado.

A autora traz, a título de comparação, o fenômeno ocorrido na ilha de Martha's Vineyard, descrito por Labov (1977), ilustrando como a “migração abala e perturba a ordem dos espaços”, especialmente no que concerne às questões linguísticas, que não se dissociam das sociais, marcando o espaço e a sobredeterminação da língua considerada de prestígio sobre a desprestigiada.

Com o intuito de produzir uma reflexão acerca do objeto analisado, a autora discute o conceito de norma, de língua brasileira, de variedade, de diversidade e de unidade, construindo uma interessante interlocução teórica com Calvet (1999, 2004), com Delesalle e Chevalier (1986), com Orlandi (2002), com Pfeiffer (2001), com Guimarães (2000, 2006), com Gadet (2003) e com importantes gramáticos brasileiros, João Ribeiro (1933, 1936), Eduardo Carlos Pereira (1907, 1918) e M. Said Ali (1931, 1963), para concluir que, no Brasil, a unidade se situa no “conflituoso campo político da divisão e da distribuição de línguas”, no qual a normatividade gramatical torna-se a materialidade tanto para a unidade da língua (a língua “correta”) quanto para a sua unicidade (uma única língua nacional).

Do mesmo modo, Bisinoto constrói uma importante análise dos textos de lei, mostrando a maneira como a linguística vai constituindo a formação docente e vai inscrevendo uma nova concepção de língua e de sujeito, em nível nacional e em Mato Grosso. A autora constata a forte presença de aportes teóricos da linguística nos textos de lei, particularmente, os da sociolinguística, para descrever, num diálogo com Calvet (2002, 2005) e Gadet (2000, 2004), as bases epistemológicas da sociolinguística que se pretende na política pedagógica brasileira: a das atitudes linguísticas, com as noções de estigmatização e de estereotipação, que desembocam no preconceito linguístico. Daí o frequente apelo ao “respeito às diferenças” na legislação educacional brasileira como tentativa de neutralizar os conflitos.

A análise semântica que a autora produz dos recortes considera, a partir de Guimarães (2002), que a “significação é produzida no e pelo acontecimento da

enunciação”. Assim, indaga o que é silenciado, com base nos enunciados do PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e nos textos de lei, elaborando uma análise produtiva sobre o “respeito às diferenças”, o que dá visibilidade aos efeitos de sentido daí decorrentes.

Por fim, a autora apresenta o resultado da sua análise fazendo visível o papel desempenhado pela escola no Brasil, e nitidamente refletido em Cáceres-MT, configurando-se verdadeiramente no espaço de materialização do conflito linguístico, produzido, entre outros aspectos, pelo processo migratório. No entanto, na Escola – o “fim da linha”, conforme define – o processo é mais perverso. Bisinoto toma como exemplo a variedade local em Cáceres – a “língua do bugre”: na comparação com as demais variedades, que acabam por representar “o que a língua tem de invariável”, é tida como inferior. Ali as variedades do português oriundas de outras regiões do Brasil são subsumidas pelos sentidos do bem falar, funcionando como uma única língua e apagando qualquer “desvio” que possa haver, enquanto a “língua do bugre” se configura como a língua errada, feia, engraçada. Esse funcionamento, como bem mostra a autora, é um efeito histórico-ideológico instituído pelos sentidos de colonização, pois, a memória que reverbera a relação colonizador x colonizado faz migrar, junto com o migrante, a relação de prestígio/desprestígio da sua língua. Assim, a “língua do bugre” sofre uma dupla coerção: a do migrante e a da escola.

A autora aponta, então, duas formas de política para demonstrar os efeitos que a discursividade do “respeito à diferença” produz: a da condescendência, que se manifesta na recorrência do apelo ao respeito às variedades linguísticas, presente nos textos oficiais, e a do confronto, que se dá no espaço escolar, quando ao professor se exige o ensino competente da língua formal. No espaço da escola, o confronto é encoberto pelo gesto de admitir o uso variável e exigir o respeito à variedade, enquanto impinge o silenciamento dessa variedade em benefício da língua “materna”, “gramatical”, supostamente invariável. Desse paradoxo, a autora extrai uma determinação do Estado: a sustentação da ideologia da língua única.

Desse modo, o trabalho de Bisinoto é de interesse tanto de linguistas quanto de professores, porque, embora não se inscreva no domínio da linguística aplicada, oferece elementos importantes à compreensão dos conflitos que povoam a tão intrincada “crise” no ensino da língua no país. Trata-se, pois, de uma obra relevante, pois vem acrescer contribuições aos conhecimentos produzidos em História das Idéias Linguísticas, em

Análise de Discurso, em Semântica e, especialmente, em Sociolinguística, visto que apresenta, com Gadet e Calvet, uma proposição epistemológica inovadora para a questão das atitudes linguísticas.

Olimpia Maluf-Souza é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas; membro do projeto História das Idéias Linguísticas no Brasil; professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Campus Universitário de Cáceres. (olimpia@top.com.br)